

**Nenhuma Mulher Será Livre até que
Todas as Mulheres Sejam Livres:
um olhar sobre o conflito israelense-palestino
sob o prisma feminista**

No Woman Will be Free until all Women are Free:
a look at the Israeli-Palestinian conflict
in a feminist perspective

Ninguna Mujer Será Libre Hasta que
Todas las Mujeres Son Libres:
una mirada al conflicto palestino-israelí
en la perspectiva feminista

Aucune Femme ne Sera Libre Jusqu'à ce que
Toutes les Femmes Soient Libres :
un regard sur le conflit israélo-palestinien
sous le prisme féministe

Rafaela Barkay*
rafabarkay@gmail.com

Resumo

Neste artigo tenciono me debruçar sobre a atuação de grupos feministas israelenses que incluíram em sua agenda uma plataforma anti-ocupação dos Territórios Palestinos. Partindo de uma breve contextualização histórica, focalizarei na diferenciação de determinadas iniciativas de cunho político em relação a um modelo feminista centrado em questões relativas à mulher, no entanto descolado da paisagem do conflito israelense-palestino. Ao problematizar a atuação destes grupos, pretendo explorar possibilidades de diálogo entre as populações israelense e palestina a partir de uma perspectiva feminista que tenha como foco o trabalho colaborativo e igualitário na construção de uma realidade comum.

* Doutoranda do Programa de Estudos Judaicos e Árabes, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Barkay, Rafaela. (2016). Nenhuma Mulher Será Livre até que Todas as Mulheres Sejam Livres: um olhar sobre o conflito israelense-palestino sob o prisma feminista. *Psicologia Política*, 16(35), 53-70.

Palavras-chave

Feminismo, Diálogo, Conflito Israelense-Palestino, Reconciliação, Resolução de Conflitos.

Abstract

In this article, I intend to explore the activity of Israeli feminist groups that included a platform of an anti-occupation of the Palestinian territories on their agenda. Starting with a brief historical background, I will focus on the differentiation of certain politically motivated initiatives, from a feminist model focused on issues concerning to women, however detached from the Israeli-Palestinian conflict landscape. By discussing the role of these groups, I intend to explore the possibilities of dialogue between the Israeli and Palestinian populations from a feminist perspective that focuses on a collaborative and egalitarian work on building a common reality.

Keywords

Feminism, Dialogue, Israeli-Palestinian Conflict, Reconciliation, Conflict Resolution.

Resumen

En este artículo pretendo explorar la actuación de grupos feministas israelíes que incluyeron en su agenda una plataforma contra la ocupación de los territorios palestinos. Empezando con una breve reseña histórica, me centraré en la diferenciación de ciertas iniciativas de motivación política en relación a un modelo feminista centrado en cuestiones relativas a la mujer, sin embargo separado del paisaje del conflicto palestino-israelí. Al discutir el papel de estos grupos, tengo la intención de explorar las posibilidades de diálogo entre las poblaciones israelí y palestina desde una perspectiva feminista que se centre en el trabajo colaborativo y igualitario en la construcción de una realidad común.

Palabras clave

El Feminismo, El Diálogo Conflicto Palestino-Israelí, La Reconciliación, La Resolución de Conflictos.

Résumé

Dans cet article, j'ai l'intention de me concentrer sur le travail des groupes féministes israéliens qui ont inscrit à leur agenda une plateforme d'anti-occupation des territoires palestiniens. Partant d'une brève contextualisation historique, je me concentrerai sur la différenciation de certaines initiatives politiques par rapport à un modèle féministe centré sur les questions liées aux femmes, mais détaché du paysage du conflit israélo-palestinien. En discutant le travail de ces groupes, j'ai l'intention d'explorer des possibilités de dialogue entre les populations israélienne et palestinienne dans une perspective féministe qui met l'accent sur un travail collaboratif et égalitaire dans la construction d'une réalité commune.

Mots clés

Féminisme, Dialogue, Conflit israélo-palestinien, Réconciliation, Résolution de conflits.

Introdução

As diversas camadas que compõem o conflito entre israelenses e palestinos têm caráter dinâmico e fluído. Em um momento mesclam-se a ponto de se tornarem indistinguíveis, para no instante seguinte se distanciarem no mais absoluto estranhamento. Nesta relação não existe lugar para o óbvio, tampouco para o entendimento fácil. Qualquer tentativa de compreendê-lo através de modelos binários e simplificadores, fatalmente fracassará.

Pensar esta correspondência unicamente através da chave opressor/oprimido, excluindo a interação entre seus diferentes sujeitos é um erro fatal de julgamento, e contraproducente para a promoção de paz. A assimetria de poder entre os dois lados do conflito existe e deve ser considerada em qualquer análise, no entanto, a fim de conferir-lhe profundidade, faz-se necessária a investigação de múltiplos aspectos de sua intrincada tessitura.

Se as diferentes percepções dos fatos históricos na região são, em geral, relatadas em versões aparentemente opostas e excludentes, pesquisas mais recentes têm pautado a análise das narrativas históricas ao menos sob duas perspectivas hegemônicas expressas como paralelas — uma israelense e a outra palestina. Pretendem desta forma, embasar sua leitura em uma ótica inclusiva e simétrica ao tratar de diferentes pontos de vista (Adwan, Bar-On, Naveh, 2012; Aly, Feldman, Shikaki, 2013; Scham, Salem, Poggrund, 2005). Estas abordagens, sem dúvida, ampliam o espectro observado em relação às interpretações anteriores, no entanto ainda carecem de uma construção colaborativa, onde os diferentes atores de cada comunidade tenham papel ativo na composição de um olhar multidimensional que melhor reflita a(s) realidade(s) da região.

Marcadas por características masculinizadas e patriarcais, estas duas sociedades em conflito têm muito a se beneficiar da contribuição de grupos feministas que valorizam aspectos interseccionais e buscam a cooperação para além das fronteiras nacionais, questionando, assim, as relações de poder.

Neste estudo tratarei da vertente do universo feminista israelense que, através de iniciativas dentro da sociedade civil propõe o engajamento na luta pelo fim da ocupação nos Territórios Palestinos e a participação de mulheres nos processos de tomada de decisão. Partirei do pressuposto que defende a existência de múltiplas narrativas, incluindo nesta matriz a pauta feminista. Mantereí o discurso original das referências utilizadas no que diz respeito à compreensão dos fatos segundo cada perspectiva, sem atribuir-lhes qualquer juízo de valor, e alternando entre um e outro conforme o aspecto abordado. Utilizarei o termo “Territórios Palestinos Ocupados”, ou simplesmente “Territórios Palestinos”, para referir-me à região ocupada pelo Estado de Israel desde 1967 que compreende a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. Em algumas situações, usarei o termo “conflito” em referência ao conflito israelense-palestino e “ocupação” para a ocupação israelense dos Territórios Palestinos. Todos os trechos citados neste artigo foram por mim traduzidos dos originais nas línguas inglesa e espanhola. No caso de termos originais no árabe e hebraico utilizarei sua forma transliterada, seguida de tradução para o português, e também para o inglês quando relevante.

A fim de que se compreenda a atuação das iniciativas feministas israelenses que pretendo abordar, faz-se necessária uma breve descrição das circunstâncias que permearam o desenvolvimento do feminismo tanto em Israel como nos Territórios Palestinos, visto que o tema é pouco explorado no Brasil em investigações acadêmicas de um modo geral, e no campo da Psicologia Política em particular. A análise da experiência feminista em sociedades em

conflito, como exporei a seguir, tem muito a contribuir com estudos sobre relações de poder, negociação e resolução de conflitos de um modo geral.

O Feminismo em Israel e nos Territórios Palestinos: uma breve contextualização sócio-histórica

A Narrativa Israelense

Até o século XIX, a maioria dos judeus vivia no exílio, sendo que grande parte desta população de oito milhões de indivíduos habitava a Europa Oriental. Apenas 24.000 viviam na Terra de Israel, onde estes haviam usufruído de liberdade religiosa e política até a destruição do segundo templo de Jerusalém e sua expulsão pelos romanos no ano 70 da Era Comum. No entanto, durante os quase dois mil anos de desterro, os judeus mantiveram viva a esperança do retorno para sua terra natal (Adwan, Bar-On, Naveh, 2012:2, 364). Em finais daquele século, diante das perseguições e do antisemitismo crescentes na Europa, dois importantes movimentos influenciaram membros da comunidade judaica na consideração do retorno a *Tzion*, termo em hebraico que se refere a Jerusalém — a emergência dos nacionalismos modernos (Anderson, 1983; Gellner, 1993; Hobsbawm, 1990), e os ideais da *Haskalá*, o iluminismo judaico, movimento cultural e científico de cunho humanista. Assim como acontecia com outros grupos étnicos em sua busca nacional, tais eventos despertaram em alguns setores judaicos na Europa a consideração pelo estabelecimento de seu próprio Estado, e a Terra de Israel demonstrava ter o apelo necessário diante das massas judaicas como lar histórico e tradicional, consolidando, assim, o que viria a ser o movimento sionista.

As primeiras ondas migratórias estabeleceram um proto-estado, que seria conhecido pela expressão em hebraico *Hayishuv Hayehudi be Eretz Yisrael*, ou simplesmente *Yishuv*, que pode ser traduzida por “assentamento judaico na Terra de Israel”. O movimento sionista, entretanto, nunca foi monolítico. Diferentemente dos defensores do sionismo político como Herzl e Weizman, que acreditavam na criação do Estado de Israel através das vias diplomáticas, os simpatizantes do sionismo socialista, como Ber Borochov e Aharon David Gordon, defendiam o assentamento da classe trabalhadora judaica através da implementação de fazendas coletivas, os *kibutzim*, e do desenvolvimento de novas áreas urbanas. Foi esta forma que regeu o estabelecimento do novo Estado na região que viria a ser conhecida como Palestina, a partir da instauração do Mandato Britânico em 1923, que recuperava o termo utilizado no período do Império Romano.

Foi no período do *Yishuv* que se deu a primeira onda feminista em Israel, manifesta pelas vozes daquelas mulheres que, inspiradas pelos movimentos feministas socialistas europeus, clamavam por sua inclusão na esfera pública. Esta luta primeva atingiu seu auge entre 1919 e 1926 com a demanda pelo direito ao voto nas instituições que começavam a se estabelecer (Herzog, 2009:1).

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por dois terços dos votos, a proposta da criação de dois Estados independentes na Terra de Israel — um Estado Judeu, e um Estado Palestino, lado a lado (Resolução nº 181). Ataques árabes a residentes judeus tiveram início na manhã seguinte, e os árabes não aceitaram o plano da partilha. A guerra que se iniciou em 30 de novembro de 1947 é conhecida como a Guerra da Independência, pois o *Yishuv* ganhou sua independência após os árabes da Terra de Israel

e das nações vizinhas terem tentado impedi-la. Os judeus também a conhecem por Guerra da Liberação. (Adwan, Bar-On, Naveh, 2012:108)

O Estado de Israel recém fundado garantiu oficialmente a igualdade de gênero expressa em sua Declaração de Independência, que atesta que este “[...] defenderá total igualdade social e política para todos os seus cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo” (Declaração da Independência, 1948).

Se nos anos 1960 o movimento feminista ganhou corpo na Europa e nos Estados Unidos, o questionamento sobre a condição da mulher em Israel tardaria ainda uma década a se manifestar. A vitória da Guerra dos Seis Dias em 1967, que levou à reunificação de Jerusalém, a recuperação das Colinas do Golã, do deserto do Sinai, de Gaza e da Cisjordânia gerou intensa euforia dentre a população. Como descrevem Adwan, Bar-On e Naveh:

Israel teve uma vitória brilhante que mudou sua história e de todo o Oriente Médio. A cidade velha de Jerusalém foi capturada por Israel, assim como as cidades e os sítios bíblicos da Cisjordânia, do deserto do Sinai e das Colinas do Golã. O público israelense estava eufórico, ao ponto da intoxicação, e alguns setores israelenses perceberam a vitória como uma experiência religiosa messiânica. (Adwan, Bar-On, Naveh, 2012:198)

O mito da inclusão da mulher na esfera pública, camuflado pela primazia do Partido Trabalhista nas estruturas de poder, teve sua expressão máxima na figura da Primeira Ministra Golda Meir. Sua nomeação para o cargo em 1969, aliada à aceleração econômica responsável pela inserção da mulher no mercado de trabalho, davam uma falsa ideia de igualdade. No entanto, a presença feminina no Parlamento Israelense não ultrapassava os 7%, e na prática, as profissões exercidas por este novo contingente restringiam-se a ocupações tidas como femininas, que giravam em torno da família e do lar, quase que totalmente ausentes dos níveis de tomada de decisão nas esferas econômica, política e social (Sharoni, 1995).

No início da década de 1970 uma segunda onda feminista se formou, a fim de lutar pela inclusão plena da mulher na agenda nacional. Shulamit Aloni, que também militava pelos direitos do cidadão, incluiu em 1972 a luta pelos direitos da mulher dentre as demandas do recém-criado Partido Ratz, inaugurando uma nova era que passou a levar para o parlamento temas como a violência contra a mulher e o aborto. Em 1978, um relatório elaborado por uma comissão de cem mulheres a respeito da condição feminina no país fez 241 recomendações ao governo a fim de promover a igualdade de todas as mulheres da sociedade israelense, incluindo aquelas provenientes de esferas mais tradicionais, como a ortodoxia religiosa judaica e as originárias dos países árabes, além das palestinas que vivem em território israelense. Na década seguinte, apenas 41 recomendações foram seguidas (Herzog, 2009).

Ainda assim, a partir da década de 1970, houve um aumento da presença feminina no mercado de trabalho, onde mulheres passaram a ocupar posições antes tidas como masculinas, e foram criadas leis de proteção contra o assédio sexual e a violência doméstica. Inúmeros grupos feministas se formaram desde então, e atuam em todas as áreas referentes à emancipação da mulher. Em paralelo a estas organizações, em 1984 foi criada a *Sdolet Hanashim beIsrael* (*Israel Women's Network* – Rede de Mulheres de Israel), cuja principal missão é o trabalho de advocacia junto a membros do parlamento, tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas. A maioria de suas fundadoras veio do meio acadêmico, dentre as quais destaca-se Alice Shalvi que, cruzando a linha que separava a academia da política, criou cursos sobre

estudo de gênero e da mulher nas universidades e faculdades de Israel (*site Israel Women's Network*).

Esther Fuchs (2009), descreve três fases do desenvolvimento dos estudos feministas em Israel — um momento inicial da pesquisa liberal na década de 1980, outro radical na década de 1990, e um foco pós-moderno na primeira década do terceiro milênio. No entanto, ressalta que tais fases se sobrepõem, e evita descartar modelos de pesquisa anteriores, o que significaria impor um paradigma de inexorável “progresso” em campo.

Na fase liberal descrita por Fuchs, as investigações centraram-se no questionamento da discrepância entre o mito da igualdade na sociedade israelense, e na crítica ao domínio masculino das instituições públicas, buscando maior inclusão da mulher e isonomia de direitos através do aumento da presença feminina em posições-chave no governo e nos setores militar e econômico. Dafna Izraeli, Lesley Hazleton, Nira Davis e Rae Lesser Blumberg foram alguns nomes de relevância neste período.

As feministas radicais se esforçaram em desafiar a desvalorização de relatos e da produção artística de mulheres quanto à memória nacional e as categorizações contemporâneas. “Metodologicamente, o discurso radical feminista tende a ser interdisciplinar explorando as representações e interpretações que compõem a norma hegemônica masculina” (Fuchs, 2009:204). Neste grupo, as produções de Hanna Herzog, Niza Berkovitz, Susan Sered, Simona Sharoni, Tamar Mayer e da própria Esther Fuchs têm papel de destaque.

Finalmente, a crítica ao modernismo ocidental como sendo específico, histórico e político, que caracteriza o feminismo pós-colonial, percebe o sujeito social como múltiplo, onde as relações entre subjetividade e sociabilidade são fluidas e em constante evolução. A partir desta perspectiva, Ronit Lenkin, tal qual suas predecessoras, questionou a construção masculina de nação colocando-se, porém, como sujeito enquanto investigadora, ao admitir possibilidades e limitações de sua pesquisa a partir de sua história de vida e investimento político pessoal. Pnina Motzafi Halle focou na intersecção entre gênero, etnicidade e classe social, questionando a centralidade das pesquisas acadêmicas em mulheres brancas, de origem europeia e originárias da classe média. Nadera Shalhoub-Kevorkian, por sua vez, questionou a produção acadêmica na área de estudos sobre Ásia, África e Oriente Médio como sendo fundamentada em estruturas masculinas de análise, enquanto Erella Shadmi debruçou-se sobre a exclusão de vozes lésbicas nos discursos culturais e acadêmicos israelenses, relacionando esta invisibilidade aos valores heterossexuais, androcêntricos, centrados na família e que valorizam a maternidade presentes na ideologia sionista.

Apesar de todas as conquistas alcançadas pelo movimento feminista israelense em suas múltiplas áreas de atuação, dois elementos ainda exercem impacto negativo na plena inserção da mulher na sociedade: o primeiro é o poder de setores religiosos tradicionalistas, que mantém o controle sobre aspectos vitais dos direitos dos cidadãos, tais como questões relativas a casamento e divórcio. O segundo é a ausência de paz, e a consequente militarização da sociedade, em que tanto homens como mulheres devem cumprir o serviço militar obrigatório e onde o exército, instituição patriarcal por excelência, perpetua o papel estereotipado de mulheres como subordinadas, subservientes e supérfluas (Zughayar, 1995).

A Narrativa Palestina

No ano de 1917 foi assinada a Declaração Balfour que expressava o apoio britânico ao estabelecimento do Estado de Israel na Palestina, diante das perseguições sofridas pelos judeus

da Europa Oriental e da Rússia czarista. Em consequência disto, surgiu o movimento sionista que, ao incorporar a transformação do judaísmo como religião em uma questão nacionalista, desenvolveu e fez crescer os interesses colonialistas na região, através da aliança com o imperialismo britânico. O relatório Campbell-Bannerman da Conferência Colonial do Império Britânico de 1907 afirmava que os países árabes e a população árabe-muçulmana que vivia no Império Otomano representavam uma grande ameaça às nações colonizadoras e recomendava a desintegração destes Estados, a divisão da população e a separação da região. Pode-se concluir que tais recomendações pavimentaram o caminho para o assentamento judaico na Palestina, criando o núcleo de uma entidade colonial que asseguraria seus interesses neste território (Adwan, Bar-On, Naveh, 2012:3-7).

Em 1919 o Congresso Geral Sírio reunido em Damasco redigiu uma declaração de princípios, que guiaria os programas nacionalistas árabes nos próximos 25 anos. Através dela, manifestavam-se contra a partição da Grande Síria, que englobava os atuais territórios do Líbano, Síria, Israel, Palestina e partes da Jordânia e da Turquia. O documento rejeitava o Mandato Britânico, estabelecia uma monarquia constitucional, e clamava pelo direito de autodeterminação de todos os povos.

A estreita cooperação entre os britânicos e o movimento sionista entre 1917 e 1948 disponibilizou os componentes básicos para a formação daquele Estado: terra, povo e segurança. Isto se realizou através da aquisição de terrenos, da formulação de leis sobre o direito à terra, a imigração, a implementação de planos de expulsão dos árabes-palestinos de sua terra natal, o controle sobre a economia palestina e a judaização da administração da região. (Adwan, Bar-On, Naveh, 2012:17)

Em 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral das Nações Unidas votou favoravelmente pela resolução 181 que determinava a Partilha da Palestina em dois Estados: um árabe e um judeu. “Este foi, na verdade, o início da contagem regressiva para o estabelecimento do Estado de Israel em 15 de maio de 1948 e a *Nakba* [do árabe, a catástrofe] que desenraizou e dispersou o povo palestino” (Adwan, Bar-On, Naveh, 2012:109).

[Em 1967] toda a Palestina caiu nas mãos de Israel. O povo palestino ainda sofre pela ocupação e agressão. Desde 1967 o povo palestino tem vivido uma vida de humilhação. Eles não têm podido se mover livremente e em segurança em sua terra natal. Por mais de quatro décadas, Israel tem trabalhado para impor uma nova realidade aos palestinos, através de uma política de ocupação baseada na opressão [...] As aspirações dos palestinos a uma vida digna de paz e segurança como em todas as outras nações do mundo continuarão, até que eles tenham assegurado um futuro glorioso para suas crianças [...]. (Adwan, Bar-On, Naveh, 2012:219)

Golan (1995) sustenta que a sociedade palestina é pautada em um sistema de tradições fundamentado em prerrogativas masculinas, que mantém as mulheres longe de processos de tomada de decisão. Ainda assim, o histórico da militância de palestinianas pode ser traçado desde a década de 1920 (Abdo, 1991). Foi, porém, a partir da ocupação israelense dos Territórios Palestinos em 1967, que houve um sensível incremento na participação de mulheres em todos os aspectos da resistência civil, incluindo a luta armada. Neste período emergiram várias organizações que tratavam da inclusão feminina, entretanto, foi somente com o início da

Primeira *Intifada*, o levante popular pela libertação destes territórios que teve início em 1987, que a agenda do movimento de mulheres se mostrou mais articulada.

No início da década de 1980 foi criada a *Ittihad Lijan al-'Amal al-Nisa'i al-Filastini* (*Palestinian Federation of Women's Action Committees* – PFWAC – Federação dos Comitês de Ação das Mulheres), de caráter feminista nacionalista, ligado à *Al-Jabha al-Dimuqratiya Li-Tahrir Filastin* (*Democratic Front for the Liberation of Palestine* – DFLP – Frente Democrática para a Libertação da Palestina), uma organização política e militar de orientação marxista-leninista. A Federação desempenhou um importante papel na mobilização de mulheres, ao criar fundos para aquisição de maquinário e matéria prima para a produção de bordados, cestaria e tecelagem de tapetes, além de ter estabelecido canais de escoamento da produção, organizado cooperativas, e ter alugado imóveis para acomodar as atividades dos comitês. Estabeleceu também pré-escolas e articulou palestras a respeito da saúde da mulher e do planejamento familiar nos vilarejos e campos de refugiados. Acreditava-se que tirando as mulheres do ambiente doméstico, estas teriam maior potencial revolucionário como operárias, pois a necessidade econômica as colocaria em contato com questões sociais (Hasso, 1998).

Estes grupos tiveram um papel fundamental durante a Primeira *Intifada*. Mulheres de todas as idades e condição social aderiram aos protestos, distribuíram panfletos, e pela primeira vez discutiam política abertamente.

Na aldeia de Kafr Na'ama na área rural de Ramallah, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher em 8 de março de 1988, três meses após o início da *Intifada*, mulheres de todas as origens, desde as provenientes da classe média urbana, as avós em seus vestidos de camponesas até adolescentes portando jeans, juntaram-se em uma marcha de grandes proporções. (Daniel, 1997:2)

Uma nova geração de mulheres, dentre as quais muitas que já atuavam em movimentos estudantis nas universidades palestinas, fez parte dos comitês a fim de organizar seu envolvimento na luta contra a ocupação. Reuniam-se semanalmente em vários lares e criaram creches nas vilas e nos campos de refugiados, para que pudessem participar do movimento, e receberam capacitação em primeiros socorros a fim de atender aos feridos nos enfrentamentos com o exército israelense.

Os primeiros anos da década de 1990, porém, marcaram a transformação das iniciativas de base em ONGs, levando à sua elitização. Diferentemente dos grupos históricos das décadas anteriores, estas organizações distanciaram-se do movimento nacional, julgando que este se mostrava indiferente quanto às questões de gênero. Tal fato somou-se à euforia gerada pela assinatura dos acordos de Oslo em 1993 que determinaram o final Primeira *Intifada*. As novas lideranças buscaram, então, impactar políticas nacionais através de trabalho especializado e profissional e com isto ganharam visibilidade, passando a receber fundos de agências internacionais (Kuttab, 2009).

A Força Tarefa para as Mulheres do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se estabeleceu nos Territórios Palestinos em 1991 e, relativamente independente da liderança da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), uniu vários comitês femininos, centros de pesquisa e de defesa dos direitos da mulher, organizações de auxílio e trabalho voluntário, assim como intelectuais feministas. Em 1993 a PNUD organizou vários encontros que trataram de temas como violência doméstica, saúde da mulher, evasão escolar entre meninas, imposição de um código de vestuário islamista em Gaza, entre outros. O conteúdo da

maior parte de publicações direcionadas às mulheres teve seu foco alterado de temas relacionados à família e ao lar, para incluir aqueles que tratavam de direitos da mulher, e em 1994 foi fundado um programa de promoção de educação feminista ligado a serviços comunitários na Universidade de Bir Zeit na cidade de Ramallah (Golan, 1995:649-50).

No entanto, se os acordos de Oslo trouxeram a esperança para ambos os lados quanto ao início de uma nova era marcada pelo reconhecimento mútuo, as condições políticas, econômicas e sociais da sociedade palestina sob ocupação se deterioraram após o fracasso dos acordos de paz em Camp David, e em 2000 eclodiu a Segunda *Intifada*, mais violenta que a anterior e que durou até 2005. Neste levante, a nova estrutura adotada pelo movimento de mulheres tornou marginais as ações de base, enfraqueceu os comitês, e erodiu a participação das massas que não tiveram voz.

Richter-Devroe (2011) reforça o efeito que a ocupação e o conflito político exercem sobre o status legal, social, cultural, educacional, econômico e político de mulheres, e julga essencial considerá-lo na elaboração de estratégias de empoderamento. Considera, ainda, que a inclusão feminina nas estruturas patriarcais e culturais da sociedade palestina somente poderá ser alcançada com o fim da ocupação.

As mulheres não só estão divididas geograficamente (entre a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Oriental e a Diáspora), mas, sobretudo, [...] têm diferente grau de acesso a direitos de acordo com a região em que habitam. Esta variação e a ampla fragmentação complica os esforços das mulheres ativistas para organizar uma agenda unificada. (Richter-Devroe, 2011:5)

Sharoni (2012) traça um breve painel sobre a produção acadêmica feminista palestina, enfatizando sua contribuição para a compreensão do conflito e suas implicações de gênero.

O impressionante corpo de literatura criada por feministas palestinas sobre mulheres e questões contemporâneas de gênero na sociedade palestina constitui um importante contributo para a construção da paz e a transformação de conflitos. Ele oferece pesquisas e análises sólidas que devem ser consideradas pelos estudiosos do campo, e devem ser levadas em consideração por todos os atores políticos que elaboram o próximo acordo de paz. (Sharoni, 2012:119-20)

Em sua análise, Sharoni elenca trabalhos que examinam de forma crítica questões como o impacto dos postos de controle sobre a mobilidade das mulheres, os padrões de trabalho e os sistemas de apoio, bem como os efeitos da crise política e econômica sobre a estrutura familiar e a violência contra a mulher (Taraki, 2006; Shalhoub-Kevorkian, 2009). Este corpo de literatura — afirma — também inclui a análise da erosão do espaço para a organização política autônoma de mulheres após o estabelecimento da Autoridade Palestina (Abdulhadi, 1998; Hasso, 2005; Jad, 2010), e problematiza as contradições associadas à proliferação de organizações não-governamentais (ONGs) na Palestina (Hamammi, 2002; Jad, 2010).

Das Barreiras e da Desesperança

No ano 2000, Israel começou a erguer um muro de separação entre seu território e a Cisjordânia com a intenção de conter uma série de ataques suicidas perpetrados durante o

segundo levante palestino. Instituiu-se, então, um sistema de concessão de autorizações de trânsito ou permanência temporária para palestinos em território israelense, e foram implementados postos de controle regidos pelo exército segundo critérios de segurança próprios. Em 2005 Israel retirou unilateralmente suas tropas da faixa de Gaza, assim como os colonos israelenses que viviam ali. A ascensão do grupo islamista Hamas ao poder na faixa de Gaza em 2007 e o aumento das tensões entre israelenses e palestinos desta área fizeram com que o Egito e Israel fechassem suas fronteiras. Israel justificou o ato pela ausência de segurança diante do lançamento de mísseis contra civis israelenses. Como consequência, as duas populações deixaram de ter contato, salvo em raríssimas ocasiões em que são concedidas autorizações de entrada em situações bastante específicas. O convívio de israelenses com a população da Cisjordânia se mantém de forma bastante restrita, e as concessões de autorizações do exército seguem as oscilações das ondas de violência.

Até o presente momento, o conflito entre as duas populações persiste, e os posicionamentos das atuais lideranças não dão indícios da retomada do processo de paz em um futuro próximo. A presença militar israelense na Cisjordânia, a contínua expansão de assentamentos judaicos nesta área e os ataques mútuos entre Israel e o Hamas são focos de tensão permanente.

[...] os lados envolvidos [...] têm sido profundamente imersos na cultura de conflito. Eles tentam sistematicamente moldar a opinião dos membros de suas respectivas sociedades, apresentando sua própria sociedade como sendo moral, justa, amante da paz ou moderada, e a sociedade rival como imoral, intransigente, violenta, irracional ou extremista. Além disso, cada lado se vê como a vítima deste conflito. Este processo já se arrasta por décadas. (Bar-Tal, 2008)

No ano de 2015, diante de uma nova onda de violência, muitos ativistas sentiam-se mais longe do que nunca de uma solução para o conflito. “Tenho ouvido muitas vezes judeus israelenses expressarem a crença de que há um fosso muito grande entre suas visões de uma resolução ‘razoável’ [e a realidade que se vive no momento atual] para que possam sustentar a esperança de testemunhar a paz ainda em vida” — diz Weiss (2015:276).

Sincronizando Agendas

A mobilização de mulheres palestinas durante a Primeira *Intifada* ganhou a atenção da mídia internacional e inspirou uma nova postura de alguns grupos feministas israelenses. Dentre as inúmeras iniciativas existentes, uma parcela compreendeu que a ocupação israelense em territórios palestinos gera violência, exclusão e atenta contra os direitos humanos, ferindo assim os valores feministas. Neste contexto, surgiram novas propostas de ação cooperativa, como aponta Chazan:

[...] as mulheres sempre constituíram uma clara maioria dentre os ativistas em organizações mistas pela paz em Israel. A partir da Primeira *Intifada*, foram criados vários grupos de mulheres dedicados a lutar pelo fim da ocupação, e estes têm tido um papel fundamental na formação de um novo discurso humano em questões de segurança e defesa. (Chazan, 2011:1-2)

Sharoni (2012) descreve três fases do processo de transformação da atuação conjunta destes indivíduos e grupos feministas. A primeira, caracterizada pela transição das lutas pela inclusão, voz e visibilidade na direção da busca de novos paradigmas para a construção da paz e resolução de conflitos. A seguinte, evidenciada pela articulação de conexões entre questões da mulher e de gênero com a política do conflito israelense/palestino. E finalmente a terceira, pontuada por uma mudança de foco dos empreendimentos conjuntos com base no diálogo e uma ênfase nas semelhanças entre as mulheres, para iniciativas baseadas no reconhecimento das necessidades e expectativas dos diversos grupos dentro das comunidades palestinas e israelenses.

Dentre os grupos que adotaram esta perspectiva, destacam-se as *Nashim beShachor* (Mulheres de Preto), o *Bat Shalom* (Filhas da Paz) e o *Marcaz al-Quds la l-Nissah* (Centro para e Mulher de Jerusalém), o *Machsom Watch* (Observatório dos Postos de Controle) e a *Coalition of Women for Peace* (Coalizão das Mulheres pela Paz). O primeiro, uma iniciativa formada por judias-israelenses, surgiu em resposta ao início da Primeira *Intifada*, e tem organizado vigílias pelo fim da ocupação israelense nos territórios palestinos, onde todas trajam roupas pretas. O modelo disseminou-se ao redor do mundo, inicialmente em solidariedade ao grupo original, para depois adotar pautas locais ligadas a questões sociais e políticas (Sharoni, 1995).

O *Bat Shalom* (Filhas da Paz) e o *Marcaz al-Quds la l-Nissah* (Centro para e Mulher de Jerusalém) surgiram após uma série de encontros entre ativistas e figuras proeminentes da cena política israelense e palestina durante os anos de 1989 e 1991, cujo diálogo foi baseado no reconhecimento do direito de todos os indivíduos na região a viver em um ambiente seguro com dignidade, livres da perseguição e de abusos dos direitos humanos. O *Bat Shalom* declara-se feminista nacionalista, e reúne mulheres judias e palestinas que vivem em território israelense, para “juntas trabalharemos por uma paz genuína baseada na resolução justa do conflito, pelos direitos humanos e por uma voz igualitária para mulheres árabes e judias dentro da sociedade israelense”. Promovem manifestações públicas, fóruns de discussão, além de eventos ligados aos calendários feminista e pacifista internacionais (*site Bat Shalom*). O *Marcaz al-Quds la l-Nissah* promove o empoderamento e a participação de mulheres em todos os aspectos da sociedade civil palestina, apoiando sua participação no processo de paz, através do treinamento de ativistas. Acreditam que isto seja “essencial para proteger o processo de tomada de decisões, os direitos humanos e os princípios democráticos, que são os alicerces de uma paz justa e duradoura” (*site Jerusalem Center for Women*).

Machsom é o termo hebraico para posto de controle, ou *checkpoint*, em inglês. Todo palestino da Cisjordânia que tenha conseguido a autorização do exército para entrar em território israelense, deve passar por esta vistoria. Existem também postos que fiscalizam a passagem entre áreas de controle israelense e palestino dentro da Cisjordânia, conforme determinadas pelos acordos de Oslo, e eventualmente criam-se postos temporários. Aquilo que a princípio poderia ser somente mais uma questão burocrática e de segurança, acaba por se tornar uma longa jornada muitas vezes diária, e que não é isenta de atitudes abusivas. Desde 2001, O *Machsom Watch* (Observatório dos Postos de Controle), formado por judias-israelenses monitora os *checkpoints*, as cercas de separação os portões em áreas agrícolas em vilarejos palestinos e as cortes militares, documentando e denunciando abusos. Paralelamente promovem atividades educativas e sociais que permitam a aproximação entre israelenses e palestinos, disseminando informações a respeito da realidade da ocupação (*site Machsom Watch*).

Fundada em novembro de 2000, após a eclosão da Segunda *Intifada*, a *Coalition of Women for Peace* (Coalizão das Mulheres pela Paz) reúne uma série de grupos empenhados “em acabar

com a ocupação e na criação de uma sociedade mais justa, reforçando simultaneamente a inclusão e a participação feminina no discurso público”. Promove campanhas públicas e programas de educação e de sensibilização, a fim de “desenvolver e integrar um discurso feminista em todos os níveis da sociedade” (*site Coalition of Women for Peace*). Desde 2010 mantém um centro de atividades que abre suas portas para ativistas e grupos de mulheres e jovens, onde são sediados encontros, seminários, cursos e uma vasta gama de ações gerando parcerias significativas e redes de solidariedade. Agrega, entre outros, grupos como as *Nashim beShachor* (Mulheres de Preto), o TANDI (Movimento Democrático de Mulheres em Israel), o *Neled* (braço israelense da Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade, o jornal feminista *Noga*, o *New Profile* (Novo Perfil), o *Machsom Watch* (Observatório dos Postos de Controle), a FORA (Organização de Mulheres falantes da língua Russa), além de ter sediado até 2013 o centro de pesquisas *Who Profits* (Quem se Beneficia) que investiga e denuncia as empresas israelenses e internacionais que tiram proveito da ocupação. A partir daquele ano, este último passou a atuar de forma independente da coalizão.

Algumas Reflexões

A Primeira *Intifada* colocou feministas judias-israelenses em contato com o impacto que a ocupação exerce sobre a vida da população palestina, e as permitiu comparar suas experiências de discriminação como mulheres com as de outros grupos desprotegidos. “O surgimento de uma análise de gênero do conflito israelense-palestino, examinado sob um prisma feminista a respeito de poder, privilégios e desigualdade, foi aclamado por ter o potencial de retrabalhar radicalmente a paisagem de construção da paz e a transformação de conflitos na região” (Sharoni, 2012:116).

Feministas palestinas, por sua vez, romperam as barreiras da vitimização ao se colocarem como agentes ativos na resistência civil contra a ocupação israelense, aliando a luta nacional àquela pelos direitos da mulher e igualdade de gênero. As iniciativas que se seguiram — aponta Sharoni — “basearam-se na premissa de que todas as questões são questões da mulher, e que as questões da mulher palestina são formatadas a partir do tecido político e social de uma sociedade que vive sob a ocupação militar israelense” (Sharoni, 2012:116).

Conscientes de sua condição privilegiada perante a ocupação dos Territórios Palestinos, judias-israelenses puderam se comprometer com a luta a partir de um lugar ao qual palestinos não tinham acesso. Desta forma, a atuação do *Machsom Watch* (Observatório dos Postos de Controle) e o *Who Profits* (Quem se Beneficia), entre outros, permite até hoje a denúncia de abusos e violação dos direitos humanos contra a população palestina, e a contestação da narrativa hegemônica israelense que justifica a segregação em nome de sua segurança. No entanto, a reação de setores conservadores da sociedade israelense frente às denúncias praticadas por estes grupos e outros similares, tem se enrijecido e buscado desacreditá-los enquanto cidadãos e cidadãs comprometidos com o bem-estar comum.

Outros projetos liderados por mulheres têm, no entanto, despertado a simpatia da mídia e do grande público. A exemplo de *Orim Neved haSheket* (Pais contra o Silêncio) e *Arba Imaot* (Quatro Mães), surgidos nas décadas de 1980 e 1990 em reação à guerra, e posterior ocupação israelense do sul do Líbano, o *Nashim Ossot Shalom* (*Women Wage Peace* – Mulheres Pela Paz), começou a se organizar a partir de 2014 durante a guerra entre Israel e o Hamas, e promete permanecer ativo até que a ocupação israelense dos Territórios Palestinos tenha um fim.

Colocando-se como um grupo de mães e mulheres que prezam pela segurança e futuro de seus filhos e netos, exigem que o governo encontre saídas diplomáticas para o conflito, com a plena participação de mulheres (*site Women Wage Peace*, 2104). “A retórica da maternidade” — argumenta Buchanan — “não somente beneficia mulheres, lhes conferindo autoridade e credibilidade, como também as protege de uma posição de desvantagem diante do *status quo* de gênero” (Buchanan, 2013:5).

Apesar das experiências aparentemente bem-sucedidas nas últimas décadas do século XX, “demonstrando à opinião pública que os custos humanos e econômicos da ocupação eram superiores aos benefícios estratégicos” (Muñoz, 2015, p.81) e mesmo tendo influenciado o governo na retirada das tropas israelenses do Líbano, estes grupos se dissolveram após o cumprimento de seus objetivos imediatos. Espelhando-se neste suposto sucesso, as *Nashim Ossot Shalom* (Mulheres Pela Paz) colocam-se como grupo apolítico e não feminista. Desta maneira, porém, mantém-se à parte de uma atitude proativa, marcada por uma ação crítica que proponha medidas efetivas para a resolução do conflito. Ao tratar o conflito como uma contenda simétrica, e sem considerar seus efeitos sobre mulheres, correm o risco de propiciar uma falsa sensação de dever cumprido à elite branca, vinda da classe média e escolarizada à qual pertence a maioria de suas integrantes, falhando ao não incluir a pluralidade de atores e suas realidades heterogêneas que compõem este cenário complexo. A este respeito, Sharoni pontua que:

[...] muitas mulheres [que se mobilizaram durante a Guerra do Líbano] não possuíam as habilidades e a motivação para se envolver em conversas entre diferenças significativas, assumir a responsabilidade de fazer parte da cultura dos ocupantes e sustentar alianças que não se baseiem apenas em semelhanças e na ilusão de simetria nas relações de poder [...] pouca atenção foi dada a desigualdades estruturais e questões de poder e privilégio que deram forma a diferenças fundamentais entre mulheres palestinas e judias-israelenses tanto em relação a suas expectativas como agendas políticas. (Sharoni, 2012:120-1)

Na outra ponta do espectro, estão indivíduos e organizações como o *Who Profits* (Quem se Beneficia), que pregam o engajamento de feministas ao movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra produtos e produções acadêmico-culturais israelenses, como forma de prática de solidariedade transnacional não-violenta em resposta à crise política e humanitária nos Territórios Palestinos. O BDS teve início em 2005, formado por 175 organizações oriundas da sociedade civil palestina, dentre as quais vários grupos de mulheres, e se baseia nas conquistas do movimento anti-Apartheid sul-africano dos anos 1980 (Sharoni e col., 2015). A este respeito, Aharoni e Sahar ponderam que:

[...] sob a perspectiva palestina, esta concepção não somente reflete a luta histórica e contínua pelo fim da ocupação e a busca pela autodeterminação, pelo direito de retorno, pela igualdade e dignidade, além de abrir a possibilidade para novas formas de solidariedade global. Como tal, para aqueles que estão frustrados com a falta de progresso nas negociações bilaterais e os repetidos ciclos de violência na região, o BDS pode ser considerado como uma ferramenta poderosa para a mobilização coletiva e a ação individual. (Aharoni & Sahar, 2015)

No entanto, argumentam que para o israelense médio, tal movimento é percebido como uma prática que nega o direito de existência do Estado de Israel, além de identificar como alvo do boicote justamente muitas das vozes mais críticas à ocupação israelense tanto na academia como no meio cultural (Aharoni & Sahar, 2015).

Desta maneira, ao invés de sensibilizar a população israelense contra a ocupação, o BDS deslegitima sua narrativa, aposta na cisão e no confronto, reforçando a percepção da comunidade palestina como rival e alimentando o conflito, ao invés de propor-lhe soluções. Ao pasteurizar a sociedade israelense e conseqüentemente calar suas vozes mais progressistas, contribui para o aprofundamento do abismo existente entre as diversas partes envolvidas, que desumaniza, descrê, e somente favorece os setores mais conservadores que de alguma maneira se beneficiam política ou economicamente desta situação.

Aharoni e Sahar ainda apontam para a dominância masculina no meio acadêmico israelense que silencia as vozes feministas, e apontam para a necessidade da cooperação entre acadêmicas israelenses e palestinas, a fim de que se garanta que elas e suas histórias se mantenham visíveis e compreensíveis para públicos diversos — o israelense, o palestino e o internacional. Reforçam também a importância do engajamento ativo no registro da história das atividades de promoção de paz e diálogo entre israelense e palestinas. “Aprender sobre a mobilização política de mulheres à sombra do conflito é uma ferramenta valiosa para se reconhecer processos de resistência, barganha, identificação e alienação; e aprofundar nossa compreensão de como o gênero está ligado à intratabilidade do conflito israelense-palestino” (Aharoni & Sahar, 2015).

Mulheres israelenses e palestinas têm enfrentado inúmeros desafios na busca por uma resolução justa e duradoura para o conflito. Apesar de sua escalada no plano político, Sharoni acredita que mulheres de ambos os lados já constituam uma massa crítica que provavelmente continuará afetando seu curso e expondo suas dimensões de gênero. Ao trazer essa análise para a mídia e a cultura popular, mulheres ativistas começaram a transformar as culturas de suas respectivas coletividades, assegurando que desigualdades e opressões de gênero e outras não sejam ignoradas (Sharoni, 2015).

Retorno, portanto, ao posicionamento defendido pelos grupos feministas israelenses como as *Nashim beShachor* (Mulheres de Preto), o *Machsom Watch* (Observatório dos Postos de Controle), o TANDI e tanto outros, que têm desafiado não somente a estrutura do conflito, mas também aqueles que se dedicam à sua solução. Sem a intenção de se sobrepôr a outros olhares, podem e devem agregar-lhes uma perspectiva feminista, e assim colaborar para o adensamento do diálogo, onde mulheres contribuam como agentes ativos na busca de uma resolução. Neste contexto, porém, não se deve silenciar propostas divergentes como a das *Nashim Ossot Shalom* (Mulheres Pela Paz), ou daquelas que defendem o suporte ao BDS. Estas têm muito a contribuir a partir de suas experiências, percepções e conquistas, que não devem ser descartadas, mas convidadas a tomar parte na elaboração de soluções diversas, amplas e inclusivas e que respeitem todas as narrativas.

Considerações Finais

Processos de paz que priorizam unicamente ações definidas por representantes de governo pecam pela falha no reconhecimento da realidade no nível individual, ao passo de que iniciativas que afloram no seio da sociedade civil podem auxiliar em uma melhor adequação frente às reais demandas sociais. Diante desta concepção, Nusseibeh adiciona que “mulheres não devam ser percebidas somente como ‘vítimas de guerras e de conflitos’, ou como necessitando de ‘proteção e empoderamento’, mas como agentes proativos em processos de negociação e promoção de paz a longo prazo” (Nusseibeh, 2011:3).

Se demandas de grupos feministas pregam a inclusão de mulheres em todas as esferas da sociedade, o surgimento daquelas iniciativas de origem israelense que incorporam a pauta anti-ocupação em sua agenda, vem demonstrar a importância do fim do conflito para o real cumprimento de suas reivindicações. Compreendendo que o direito à autodeterminação de ambos os povos seja a chave essencial para a construção de um modelo de paz, estas iniciativas vêm criar uma fissura na estrutura armada do conflito. Como aponta Nusseibeh: “Mulheres são essenciais para os esforços a fim de criar uma paz justa e duradoura entre Israel e Palestina na ressignificação da linguagem de segurança militar em segurança humana” (Nusseibeh, 2011:6). Ao que adiciona:

Se as lideranças femininas, especialmente em níveis médios e de base puderem ser incluídas, o fosso entre jovens e velhos, social e de governo, bem como entre palestinos e israelenses, começará a ser superado; elas podem ajudar a trazer o processo de paz de volta para as ruas. Há mulheres jovens nos movimentos juvenis palestinos, engajadas na luta por mudança, e talvez a necessidade de comunicação entre as gerações seja tão urgente quanto a comunicação através das fronteiras. (Nusseibeh, 2011:6)

Para Buber (1974), o encontro se dá no espaço entre o eu e o tu, onde o segundo não é um outro, oposto ou inverso, mas um co-autor na construção dialógica. A fim de que esta parceria se concretize, é necessário que se perceba algo de si em seu aliado, o que em última instância, é sua condição humana. Nusseibeh nos chama a atenção para a similaridade entre experiências negativas vividas por mulheres palestinas e israelenses em relação a homens, especialmente quando enfatizadas por aspectos de força e violência, mas adiciona:

[...] mulheres israelenses ainda têm muito mais a compartilhar com as palestinas, e há a possibilidade de que elas se identifiquem de muitas maneiras e em vários níveis. Existe, também, o potencial para elas superarem a mentalidade militar e se recusem a ser arrastadas, como aconteceu durante a segunda *Intifada*. Juntas, as mulheres podem, e devem, portanto, transformar o paradigma da segurança de militar em segurança humana, e de vitimização para uma humanidade inclusiva. (Nusseibeh, 2011:4)

Neste artigo procurei descrever os aspectos mais salientes do conflito entre israelenses e palestinos sem, no entanto, deter-me em todos as suas particularidades, impossíveis de ser abordadas exaustivamente nesta proposta. Pretendi, entretanto, guardar a máxima simetria ao tratar das duas narrativas históricas hegemônicas, uma das premissas básicas para a criação de um espaço para o diálogo. Optei por tratar da aproximação entre cidadãos, sem me debruçar, entretanto, sobre a presença feminina na política partidária e nos círculos de poder, outro aspecto relevante e que merece um olhar cuidadoso.

Busquei demonstrar que a promoção de uma paz duradoura pode se beneficiar enormemente do estabelecimento de parcerias efetivas entre grupos feministas israelenses e palestinos entre si, e junto a grupos mistos de promoção de paz em um processo reconciliatório plural entre os dois povos. Por fim, vale salientar que todos os esforços que conduzam a um modelo de superação do conflito e ao estabelecimento de novos paradigmas de relação, pautados no reconhecimento mútuo e no respeito às individualidades, devem ser reverenciados. Somente através do empenho na cooperação entre os diversos setores das sociedades envolvidas é que se poderá construir um futuro de segurança, liberdade e prosperidade para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdo, Nahla. (1991). Women of the Intifada: Gender, Class and National Liberation. *Race and Class*, 32(4). Acessado em: 26 de julho de 2016, de: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030639689103200403>>.
- Abdulhadi, Rabab. (1998). The Palestinian women's autonomous movement. *Gender and Society*, 12(6), 649-73.
- Adwan, Sami., Bar-On, Dan., Naveh, Eyal. (2012). *Side by Side: Parallel Histories of Israel-Palestine*. New York: The New Press, 398 p.
- Aharoni, Sarai., Sa'ar, Amalia. (2015). Is This a Path Towards Strong Solidarity? An Israeli Feminist Perspective on Academic and Cultural Boycott. *AMEWS E-Bulletin*, 2. Acessado em: 01 de julho de 2017, de: <<http://amews.org/wp-content/uploads/2015/02/Issue-2-2015-February.pdf>>.
- Aly, Abdel Monem Said., Feldman, Shai., Shikaki, Khalil. (2013). *Arabs and Israelis: Conflict and Peacemaking in the Middle East*. London: Palgrave Macmillan.
- Anderson, Benedict. (1983). *Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Mexico, D. F: Fondo de Cultura Económica, Tradução de Eduardo L. Suárez.
- Bar-Tal, Daniel. (2008). Open Letter from My Mind and My Heart: The Way I View the Situation. *Palestine-Israel Journal*, 15-16(3). Acessado em: 10 de abril de 2015, de: <<http://www.pij.org/details.php?id=1230>>.
- Buber, Martin. (1974). *Eu e Tu*. (2ª ed., Tradução de Newton Aquiles Von Zuben). São Paulo: Moraes.
- Buchanan, Lindal. (2013). *Rhetorics of Motherhood*. Long Beach: The Board of Trustees.
- Chazan, Naomi. (2011). Power and Politics in Israel: Translating political representation into meaningful empowerment for women. *Palestine-Israel Journal*, 17(3). Acessado em: 20 de novembro de 2015, de: <<http://www.pij.org/details.php?id=1368#>>.
- Coalition Women for Peace*. (2015). Acessado em: 13 de dezembro de 2015, de: <<http://www.coalitionofwomen.org/about-1/about/?lang=en>>.
- Declaração de Independência do Estado de Israel*. (1948). Paz Agora. Acessado em: 09 de dezembro de 2015, de: <<http://www.pazagora.org/1948/05/declaracao-da-independencia-de-israel/>>.
- Fuchs, Esther. (2009). The Evolution of Critical Paradigms in Israeli Feminist Scholarship: A Theoretical Model. *Israel Studies*, 14(2), 198-221. Acessado em: 27 de junho de 2017, de: <https://www.jstor.org/stable/30245861?seq=1-page_scan_tab_contents>.
- Gellner, Ernest. (1993). *Nações e Nacionalismo*, Lisboa: Gradiva.
- Golan, Galia. (1995). Palestinian Women: Catalysts for Change. Palestinian women in the transition from liberation to statehood. *The Palestine-Israel Journal*, 2(3). Acessado em: 23 de novembro de 2015, de: <<http://www.pij.org/details.php?id=620#>>.
- Hammami, Rema. (2002). Palestinian NGOs since Oslo: From NGO politics to social movements? *Middle East Report*, 214, 16-19.
- Hasso, Frances S. (1998). The "Women's Front": Nationalism, Feminism, and Modernity in Palestine. *Gender and Society*, 12(4), 441-465. Acessado em: 27 de novembro de 2015, de: <<http://www.jstor.org/stable/190177>>.

- Hasso, Frances S. (2005). *Resistance, repression, and gender politics in Occupied Palestine and Jordan*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.
- Herzog, Hannah. (2009). Feminism in Contemporary Israel. Em *Jewish Women: A Comprehensive Historical Encyclopedia*. Jewish Women's Archive. Acessado em: 08 de dezembro de 2015, de: <<http://jwa.org/encyclopedia/article/feminism-in-contemporary-israel>>.
- Hobsbawm, Eric J. (1990). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino.
- Israel Women's Network. (2017). Acessado em: 01 de julho de 2017, de: <<http://www.iwn.org.il/pages/about-the-israel-women-s-network->>.
- Jad, Islah. (2010). The demobilization of a Palestinian women's movement: From empowered active militants to powerless and stateless — citizens. In A. Basu (Ed.), *Women's movements in the global era: The power of local feminisms*, 343-374, Boulder, CO: Westview Press.
- Jerusalem Center for Women. (2015). Acessado em: 13 de dezembro de 2015, de: <<https://www.j-c-w.org/>>.
- Kuttab, Eileen. (2009). The Palestinian Women's Movement: From Resistance and Liberation to Accommodation and Globalization. *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*. Acessado em: 28 de junho de 2017, de: <<http://books.openedition.org/iheid/6310>>.
- Machsom Watch. (2015). Acessado em: 13 de dezembro de 2015, de: <<http://www.machsomwatch.org/en>>.
- Muñoz, Fernando Navarro. (2015) *Procesos de Securitización en Israel: El Camino Hacia la Segunda Intifada Examinado Desde la Sociología del Poder*. Tese de Doutorado, Programa de doctorado en Relaciones Internacionales e Integración Europea. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Nusseibeh, Lucy. (2011). Women and Power in the Israeli-Palestinian Conflict. *Palestine-Israel Journal*, 17(3). Acessado em: 20 de novembro de 2015, de: <<http://www.pij.org/details.php?id=1371>>.
- Richter-Devroe, Sophie. (2011). Gender Equality and Women's Rights in Palestinian territories. *Directorate General for Internal Policies Policy Department C: Citizens' Rights and Constitutional Affairs*. Acessado em: 11 de dezembro de 2015, de: <<http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201110/20111027ATT30536/20111027ATT30536EN.pdf>>.
- Scham, Paul., Salem, Walid., Pogrund, Benjamin. (Eds.). (2015). *Shared Histories: A Palestinian-Israeli Dialogue*. Walnut Creek: Left Coast Press.
- Shalhoub-Kevorkian, Nadera. (2009). *Militarization and violence against women in conflict zones in the Middle East*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Sharoni, Simona e col. (2015). Transnational Feminist Solidarity in Times of Crisis: The Boycott, Divestment and Sanctions (BDS) Movement and Justice in/for Palestine. *International Feminist Journal of Politics*, 17(4), 654-670. Acessado em: 01 de julho de 2017, de: <<http://dx.doi.org/10.1080/14616742.2015.1088226>>.
- Sharoni, Simona. (1995). *Gender and the Israeli-Palestinian Conflict: The Politics of Women's Resistance*. Nova York: Syracuse University Press.

- Sharoni, Simona. (2012). Gender and Conflict Transformation in Israel/Palestine. *Journal of International Women's Studies*, 13(4), 113-128. Acessado em: 25 de julho de 2016, de: <<http://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1026&context=jiws>>.
- Taraki, Lisa. (Ed.). (2006) *Living Palestine: Family survival, resistance, and mobility under occupation*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.
- The Jerusalem Link*: Bat Shalom/Jerusalem Center for Women. (2015). Acessado em: 13 de dezembro de 2015, de: <<http://www.batshalom.org/about.php> <http://www.j-c-w.org/index.php>>.
- Weiss, Erica. (2015). Provincializing empathy: Humanitarian sentiment and the Israeli–Palestinian conflict. *Anthropological Theory*, 15(3), 275-292. Acessado em: 17 de outubro de 2015, de: <<http://ant.sagepub.com/content/15/3/275.full.pdf>>.
- Women in Black* (2015). Acessado em: 13 de dezembro de 2015, de: <<http://womeninblack.org/vigils-arround-the-world/europa/israel/>>.
- Women Wage Peace* (2015). Acessado em: 14 de dezembro de 2014, de: <<https://www.facebook.com/womenwagepeaceenglish/posts/690321934402995>>.
- Zughayar, Ghada. (1995). Women in Israeli Society: An Overview. *The Palestine-Israel Journal*, 2(3). Acessado em: 23 de novembro de 2015, de: <<http://www.pij.org/details.php?id=619#>>.

• Recebido em 16/03/2017.

• Aceito em 01/08/2017.